

A EDUCAÇÃO EM LUTA NA AMAZÔNIA URBANA: O MOVIMENTO GREVISTA DO MAGISTÉRIO DA CIDADE DE CASTANHAL – PARÁ (1980)

Osimar da Silva Barros¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo narrar cronologicamente a experiência grevista das professoras e professores da rede pública municipal de Castanhal, na região nordeste do Estado do Pará, em 1980. Essa paralisação do magistério consistiu no primeiro movimento grevista da cidade castanhalense e teve duração de dois meses. A referida mobilização das trabalhadoras e trabalhadores da educação pública recebeu apoio de inúmeras entidades e partidos políticos da capital paraense. Diante disso, tendo como fonte documental jornais impressos, o estudo traz importante experiência de homens e mulheres do espaço urbano da Amazônia no contexto da redemocratização brasileira.

Palavras-chave: Educação, Greve, Redemocratização, Castanhal-PA, Amazônia.

INTRODUÇÃO

A cidade de Castanhal surgiu do processo de colonização da Zona Bragantina no nordeste do Estado do Pará, no final do século XIX. Para consolidar essa colonização, em 1883, iniciou-se a construção da estrada de ferro de aproximadamente 293 quilômetros que ligaria Belém à cidade de Bragança. Assim, Castanhal se constituía numa colônia agrícola fundada por imigrantes cearenses, por onde passava o trem da Estrada de Ferro de Bragança (EFB), cortando a vila agrícola castanhalense (LACERDA, 2006, pp.66-196).

Em 1932, Castanhal recebe *status* de cidade. Mas, no final da década de 1950 e início dos anos de 1960 houve a desativação da estrada de ferro e o processo de abertura da rodovia Belém-Brasília que, por sua vez, passa no centro de Castanhal (BECKER, 1982, pp.115). A abertura da rodovia Belém-Brasília estimulou a remodelação do espaço urbano castanhalense, alterando seu cotidiano através de maior fluxo de mercadorias e de imigrantes e formando um setor terciário precário (CONCEIÇÃO, 2002, pp.236). A reforma urbana que Castanhal passou foi intensa entre as décadas de 1960, 1970 e o início de 1980. Dessa forma, levou a elite política e elite econômica, através da imprensa da cidade, a construir um discurso que Castanhal passava

¹ Doutor em História Social da Amazônia e professor do Instituto Federal do Pará- IFPA, e-mail: osimarbarros@gmail.com

por um processo de “desenvolvimento” e “progresso”. Esse mesmo grupo dominante forjou que Castanhal seria uma “cidade modelo” do Estado do Pará. Mas a reforma urbana se limitou no centro comercial castanhalense, deixando a população da periferia sem serviços básicos.

No dia 16 de abril de 1980, começou a primeira experiência grevista da história de Castanhal: A Greve dos professores e professoras da rede pública municipal castanhalense. Esse movimento social se organizou para reivindicar reajuste nos seus vencimentos e melhores condições de trabalho. A paralização do magistério durou dois meses e a mobilização provocou fissura na hegemonia política da cidade.

METODOLOGIA

A metodologia deste trabalho consiste em registro narrativo do movimento grevista das professoras e professores da rede pública municipal de Castanhal. A escrita partiu da análise dos principais jornais que circularam na capital paraense e na cidade de Castanhal, final da década de 1970 e início de 1980. Os periódicos *Jornal do Interior*, *A Província do Pará* e *O Liberal* trazem ampla cobertura da paralização do magistério castanhalense que, por sua vez, foram fundamentais para registrar a organização, a mobilização e a luta dos profissionais da educação da Amazônia urbana.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

No dia 16 de abril de 1980, as professoras e professores leigos, regulares e normalistas da rede municipal de Castanhal iniciavam uma greve através de um protesto público na principal avenida da referida cidade. O magistério castanhalense reivindicava o pagamento de salário mínimo, o 13º (décimo terceiro) salário, o pagamento do FGTS e a recusa de usar um fardamento imposto pela Secretaria Municipal de Educação. As professoras e professores consideravam que uniforme de trabalho era caro e comprometia seus ganhos de seiscentos e 10 (dez) cruzeiros².

²Jornal do Interior, Edição Extraordinária, ANO II, nº21, Pará, 20 de abril de 1980, p.2-6., A Província do Pará, Belém, terça-feira, 29 de abril de 1980. 1º caderno, p.12., A Província do Pará, sábado, 03 de maio de 1980. 1º Caderno. Belém. pp.12., O Liberal, Belém, 13 de junho de 1980. 1º Caderno. p.4., O Liberal, Belém, 15 de junho de 1980. pp.11.

Seis escolas municipais do 1º Grau (ensino fundamental) aderiram à greve. Foram as seguintes escolas: Padre Severiano Santos, Madre Maria Vigano, Graziela Gabriel, Maria de Encarnação, José João e Emília Gimenez. Nessas repartições de ensino estavam lotados 199 professores. A paralisação das atividades escolares levou seis mil alunos a ficarem sem aulas. Algumas professoras que participavam do protesto, como Maria da Conceição, Catariana Barros e Elizabeth Nascimento, eram as mais indignadas pela proibição de lecionar de vestido.

À medida que a manifestação passava por várias partes da avenida, várias pessoas foram se juntando aos grevistas. Outros foram acompanhando a meia distância, mais por curiosidade. Entre os professoras e professores grevistas estavam estudantes e pais de alunos. Carregavam faixas e cartazes que estavam escritos os nomes das escolas municipais que tinham aderido à paralisação e dizeres de protesto (BARROS, 2020, pp.90-102). Os grevistas diziam na manifestação que se indignaram com o prefeito de Castanhal, porque o chefe do executivo criou várias dificuldades para um diálogo entre o magistério municipal e a prefeitura. Esses obstáculos levaram os profissionais de educação a decidirem pela luta, pela resistência e declararam a paralisação das aulas nas escolas municipais.

O protesto tomou as principais ruas do centro da “cidade modelo”. Além da Avenida Barão do Rio Branco, passaram pelas ruas Primeiro de Maio, Paes de Carvalho, Floriano Peixoto e Cônego Leitão. Depois de seguirem por essas vias, retornaram para a principal avenida e seguiram para o prédio da Prefeitura Municipal de Castanhal, onde se encontrava o prefeito Almir Lima que pertencia ao Partido Democrático Social (PDS).

David de Amorim Sá apoiava a reivindicação dos professores era justa. Mas discordava da paralisação do ensino municipal. O prefeito de Castanhal Almir Lima propôs reajuste de 50% parcelado. Seria 25% a partir do dia 1º de março de 1980 e o restante seria a partir do dia 1º de junho desse mesmo ano. O Secretário de Educação de Castanhal lembrou ao prefeito que a primeira parcela não foi cumprida. Enfim, disse David Sá, de qualquer modo, os professores não aceitaram a proposta da prefeitura e decidiram pela greve.

A manifestação das professoras e professores chegou à Prefeitura Municipal de Castanhal trazendo uma multidão de curiosos. A sede da administração executiva da “cidade modelo” se localiza no antigo centro arquitetônico castanhalense. Onde, naquele ano de 1980, restavam apenas o Mercado Municipal, a Igreja Matriz São José e o próprio prédio da prefeitura. Com a abertura da rodovia Belém-Brasília e a demolição da Estação de Trem de Castanhal e outras antigas edificações, ergueram nesses espaços inúmeros estabelecimentos comerciais. Por

essa razão, se tornou um espaço de intensa circulação de pessoas e de mercadorias. Essa dinâmica do centro comercial facilitou a atração de mais curiosos que se aproximaram daquela aglomeração que levantava muitas faixas e cartazes na frente do Prédio da Prefeitura Municipal de Castanhal.

As professoras e professores grevistas, estudantes e pais de alunos tentaram entrar no prédio da prefeitura, mas a polícia militar e os funcionários da prefeitura os impediram que entrassem logo na recepção. Um verdadeiro tumulto se formou na entrada do prédio. Aquela agitação e o empurra-empurra atraíram gente do comércio, vendedores ambulantes e transeuntes da Praça Matriz São José. Até que uma professora levantou os braços e pediu aos manifestantes que tivessem calma. Ela sugeriu que entrasse uma comissão de cinco professores para apresentar as reivindicações ao prefeito.

A comissão se reuniu com o prefeito e afirmou que discordavam da proposta da prefeitura e, logo, pressionaram o prefeito para atender a principal reivindicação do movimento que era o pagamento do salário mínimo ao magistério municipal de Castanhal. Almir Lima disse que não poderia responder naquele momento sobre a reivindicação dos grevistas e pediu tempo para estudar a possibilidade de pagar um salário mínimo aos professores castanhalenses. As professoras concederam esse tempo e se retiraram. Lá fora, os grevistas decidiram realizar uma assembleia no dia seguinte para debater estratégias da paralisação.

No dia 17 de abril, às 15 horas, mesmo com ameaça de uma forte chuva, as professoras e professores se reuniram na Casa de Cultura da prefeitura. Debateram sobre o ato público realizado no dia anterior e o tempo de estudo que o prefeito pediu. Nesse mesmo horário, no gabinete da prefeitura, Almir Lima estava reunido com David Sá e as diretoras das seis escolas paralisadas. Irritado, o prefeito decidiu não atender as reivindicações do magistério castanhalense. Ainda mandou avisar aos grevistas que deveriam retornar ao trabalho até o dia 22 de abril. Caso contrário, recorreria ao Delegado Regional do Trabalho. Isso porque a legislação trabalhista proíbe servidores públicos de organizar greve. As seis diretoras se colocaram contra a greve. Mas elas alertaram o prefeito que os ganhos dos professores e professoras da rede municipal não garantem a sobrevivência desses profissionais. David de Amorim Sá concordou com as diretoras. Almir Lima silenciou e baixou a cabeça.

Pouco antes da finalização da Assembleia Geral dos professores, chegou um funcionário da prefeitura com a mensagem do prefeito que anunciava a decisão do prefeito de não pagar o salário mínimo e a ordem da retomar as aulas até o dia 22 de abril. Diante disso, o magistério municipal da “cidade modelo” decidiu continuar a paralisação.

No dia 22 de abril as professoras e professores da rede municipal de Castanhal não retornaram para as salas de aula. Reafirmaram a paralisação das atividades educacionais. No dia 23 de abril, às nove horas de uma manhã nublada e abafada, os grevistas realizaram outro protesto. A concentração da multidão foi na Praça Matriz São José, que fica ao lado do prédio da prefeitura. Através de carro som, discursaram sobre a razão da paralisação e convidaram a população a se juntar aos professores na praça. Outro grupo de professores colhia um abaixo assinado em apoio à greve da educação de Castanhal. Pretendiam levar até o prefeito o documento com assinatura dos apoiadores.

A comissão grevista entrou no prédio da prefeitura e foi até o gabinete do prefeito. Essa comissão era formada pelas professoras Juventina Alexandre Osório, Raimunda Lima Silva, Nazaré Pantoja Portillo, Maria Luzia Lemos dos Santos, Graça Bezerra, Dubiratan Barbosa e Édson Sousa. O deputado estadual do PMDB, Ademir Andrade, acompanhava a comissão. Este foi informado por Almir Lima que as professoras e professores grevistas não retornaram às aulas porque estão sendo manipulados por pessoas infiltradas, por comunistas vindos de Belém. Continuou dizendo que a invasão da esquerda em Castanhal estava causando desordem social na cidade. As professoras e os professores logo discordaram do prefeito. Disseram que não há nenhuma infiltração ou qualquer manipulação de comunistas. Mas afirmaram que a greve do magistério de Castanhal recebe apoio de várias entidades como Associação dos Professores do Pará (APEPA), Sociedade Paraense de Defesa dos Direitos Humanos (SPDDH), Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal do Pará (DCE-UFGPA), Oposição dos Gráficos, Oposição Bancária e do Partido dos Trabalhadores (PT).

Na tarde do mesmo dia da reunião entre a comissão e o prefeito, Às 16 horas, iniciou a Assembleia Geral na Casa de Cultura. Além dos mestres e mestras estavam presentes estudantes das escolas em greve, pais de alunos que apoiavam a paralisação e curiosos. Na reunião decidiram continuar em greve, porque Almir Lima continuava a não atender às reivindicações e decidiram pela permanência da greve.

No dia 02 de maio, os grevistas retomaram à Praça da Matriz São José. A praça pública não foi ocupada somente por grevistas. Compareceram pais de alunos e os estudantes, representantes da APEPA, PT, PMDB, DCE-UFGPA, Comitê de Anistia dos Trabalhadores, Oposição dos Gráficos, Oposição Bancária, SPDDH e alguns estudantes da escola particular Colégio Modelo. Este último era da própria cidade de Castanhal. Junto com essa ocupação se aproximaram os curiosos que foram atraídos pela concentração dos manifestantes. Assim, formou-se uma multidão na Praça Matriz São José. Novamente o prefeito Almir Lima, que já

tinha retornado de Brasília, solicitou a presença da polícia militar no prédio da prefeitura. Temia que os grevistas e/ou a multidão ocupasse o recinto da administração executiva municipal.

O Batalhão da Polícia Militar de Castanhal enviou inúmeros soldados que ficaram de prontidão não somente na frente do prédio da prefeitura, mas também outras guarnições da polícia militar ficaram observando a movimentação da multidão na praça pública. Os soldados da polícia militar se espalharam por vários pontos da Praça Matriz São José e ocuparam o meio fio da Avenida Barão do Rio Branco e as frentes de alguns estabelecimentos comerciais. Havia um carro som no meio dos manifestantes onde discursavam os representantes de várias entidades. Gritos de protestos e exibição de cartazes e faixas pelos professores e apoiadores atraíam mais e mais pessoas para a praça pública.

As professoras e os professores que integravam a comissão que negociava com o prefeito, protestaram pela presença da polícia militar e civil. Em seguida, entraram no prédio da prefeitura acompanhado de um advogado para outra rodada de negociação com o prefeito Almir Lima.

O grupo que foi ao gabinete da prefeitura, alguns minutos depois, retornou para a praça pública e comunicou a multidão que era necessário realizar assembleia geral pela tarde para debater a sugestão do poder executivo municipal. Essa pauta da comissão foi aprovada pela maioria absoluta dos manifestantes. Às 15 (quinze) horas, na Sede do Guarani, no bairro Caiçara, houve presença reduzida das professoras e dos professores grevistas. Caía uma forte chuva em Castanhal. Razão do pouco comparecimento dos docentes da rede municipal. Mas a Assembleia Geral foi realizada. A comissão apresentou a proposta do prefeito que correspondia suspender a greve para estudar melhor a questão do pagamento do salário mínimo e do décimo terceiro salário. Em compensação, a prefeitura não puniria nenhum grevista e pagaria os dias parados. Depois de um breve debate sobre esses temas, a assembleia decidiu de forma unânime suspender a greve. Houve aplausos e elogios entre os grevistas. Disseram que já se consideravam vitoriosos porque receberam apoio dos pais dos alunos e chamaram a atenção da sociedade castanhalense. Os grevistas tinham plena confiança que a prefeitura atenderia a principal reivindicação do magistério municipal da “cidade modelo”.

Trinta dias se passaram e o prefeito Almir Lima decidiu novamente não atender as duas principais reivindicações dos grevistas: o pagamento do salário mínimo e do décimo terceiro. No dia 02 de junho, Almir Lima e seus assessores concluíram que se a prefeitura atendesse as reivindicações, isso afetaria o orçamento municipal daquele ano de 1980. A decisão da prefeitura chegou ao conhecimento do magistério castanhalense. Isso provocou

grande comoção entre as professoras e professores. Um verdadeiro clima de decepção e de revolta tomaram as seis escolas municipais da zona urbana da “cidade modelo”.

No dia 08 de junho, as mestras e mestres foram para Casa de Cultura para realizar uma Assembleia Extraordinária, mas os paredistas encontraram a repartição pública municipal totalmente fechada, o que revoltou mais ainda os professores. Os grevistas decidiram fazer protesto ali mesmo, na frente da Casa de Cultura. Sabiam que o prefeito Almir Lima estava colocando dificuldade para organização da greve. Mesmo do lado de fora, ali, no meio da rua, embaixo de sol insuportavelmente quente, decidiram retomar a paralisação.

Na manhã do dia 09 de junho, na Escola Municipal Padre Severiano Santos, onde se reuniram as professoras e professores grevistas e os representantes da Prefeitura de Castanhal, os assessores e o chefe de gabinete Antônio Jatene tentaram convencer o magistério castanhalense de não retomarem a greve. Os assessores do prefeito Almir Lima afirmaram que ele atenderia as reivindicações no próximo ano, 1981. Mas os representantes do prefeito encontraram os mestres muito seguros e decididos a continuar a greve. Pouco depois ocorreu um bate boca entre alguns professores e assessores. Antônio Jatene saiu nervoso da escola. Não saberia o que diria ao prefeito Almir Lima. Chamou os assessores e foram embora antes que os professores resolvessem pressionar mais ainda.

No dia 12 de junho, trinta professores castanhalenses foram para Belém. Com apoio da APEPA, foram fazer protesto na Assembleia Legislativa do Estado do Pará. A intenção era de chamar atenção dos legisladores estaduais do péssimo pagamento que os professores da rede municipal de Castanhal recebiam. A maior parte dos deputados foi pega de surpresa com ocupação das galerias por professoras e professores que vieram da “cidade modelo”. Gritos de protesto, exposições de cartazes e faixas foram promovidos pelos grevistas na galeria. Em seguida, o magistério castanhalense foi até o Palácio Lauro Sodré para pressionar o Governador Alacid Nunes. As professoras e os professores desejavam que o chefe do executivo estadual pressionasse o prefeito Almir Lima para atender as suas reivindicações. Alacid Nunes sabia do movimento grevista que eclodiu em Castanhal. Sabia também que várias entidades de esquerda, sindicatos e associações de Belém apoiavam a paralisação do magistério municipal castanhalense.

Alacid Nunes, depois da reunião que teve com os grevistas, apresentou uma proposta fórmula: as professoras e os professores leigos teriam um reajuste de 100% sobre o atual ganho. Quanto às professoras e os professores regentes e normalistas teriam reajuste de 70%. O governador Alacid Nunes disse que aquela “fórmula” era adequada diante da crise econômica que o Brasil passava e ideal para a Prefeitura de Castanhal até possibilitar o pagamento do

salário mínimo para o magistério castanhalense. As mestras e os mestres se olharam e concordaram. Mas perguntaram se teriam garantia que Almir Lima acataria essa “fórmula”. Alacid Nunes garantiu que faria esse acordo com o prefeito de Castanhal.

No dia 17 de junho de 1980, às 10 (dez) horas da manhã, na sede dançante Taboquinha Bosque, no bairro Estrela, as professoras e os professores da rede municipal de Castanhal que organizaram a greve comemoravam o acordo firmado entre eles, o prefeito Almir Lima e o governador Alacid Nunes. O prefeito de Castanhal aceitou a “fórmula” e a proposta do chefe do executivo do Estado do Pará. Esse acordo somente foi possível porque houve a organização, a resistência e a mobilização das professoras e professores da educação pública municipal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Greve das professoras e professores da rede pública municipal de Castanhal, traz a relevância de estudar o reflexo do processo de redemocratização na região Amazônia, especialmente no espaço urbano. As cidades da Amazônia foram cenários de atuação dos “novos sujeitos sociais” que reivindicavam seus interesses específicos, mas essas as mobilizações contribuíram para o processo de abertura política do Brasil. Esse movimento de homens e mulheres do magistério castanhalense foram exemplo desses sujeitos que criaram estratégias de resistências que fissuraram a hegemonia política que predominava nos trópicos úmidos.

REFERÊNCIAS

- BARROS, Osimar da Silva. **Foi algo que nunca aconteceu: por uma história social de Castanhal (1978-1987)**. Orientador: Prof. Dr. Pere Petit. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós Graduação em História, Belém, 2020.
- BECKER, K. Bertha. **Geopolítica da Amazônia. A nova fronteira de recursos**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.
- CONCEIÇÃO, Maria de Fátima & OLIVEIRA, Aline Reis de. Políticas agrárias e estrutura fundiária na Zona Bragantina: Nordeste Paraense. IN: ALENCAR, Décio de & BEZERRA NETO, José Maia. **Terra Matura**. Belém: Paka-Tatu, 2002.
- LACERDA, Franciane Gama. Cidade, memória e experiência ou cotidiano de uma cidade do Pará nas primeiras décadas do século XX. IN: **Pesquisa em História**. São Paulo: Programa de Estudos pós-graduação em História. PUC/SP: Olho D’Água, 1999.

